

Uma Experiência De Pesquisa Ação Participativa: Migração, Trabalho e Genero entre Mulheres na Amazônia Brasileira

Feminist Participatory Action Research

TRABALHO DA SODIREITOS

OS Meus Avós materno

Nasceram em BASTIUBA
Pará



Os Pais da minha Mãe

Criou em Bastiuba Residem em Belém

OS Meus Pais

Nasceu em BASTIUBA
Residem em Icoaraci



Nasceu em VIGIA
Residem em OUTEIRO

os meus Avós Paternos



Nasceram em VIGIA
Residem em Icoaraci

os meus Pais do meu Pai

Nasceu em VIGIA e Residem em Icoaraci



meus irmãos



Meu Sobrinho
Nasceu em Belém



Minha Sobrinha
nasceu Belém



MEU Sobrinho
Nasceu em Belém



Meu Filho
nasceu em Belém



meu Filho nasceu em Suriname
Residem Icoaraci



Minha Sobrinha
nasceu em Belém
mora em Suriname



Meu Sobrinho
nasceu Belém





Women know their lives best! They know their strengths. They know what they want changed. In Feminist Participatory Action Research (FPAR), women research the issues that affect their own lives in order to bring about needed change. As a community, they analyse their stories and talk about what actions they will take and what needs to be changed. As opposed to traditional research, women are active participants in the research process; they are not ‘researched on’.

FPAR requires a certain attitude - one that believes women can steer change; one that embraces and values the complexity of women’s lived experiences; and one that highlights the strength and resourcefulness of women in the face of disempowering and discriminatory circumstances.

This FPAR initiative follows an FPAR process facilitated by the Global Alliance Against Traffic in Women (GAATW) in 1999 and 2000 which worked with several groups to explore what trafficking was and how it manifests in women’s lives. Ten years on, GAATW and like-minded anti-trafficking advocates have come to the FPAR process again, this time looking at how trafficking is connected to broader parts of women’s lives - to their experiences of gender, migration and their work.

GAATW conducted a methodology learning workshop with NGOs and Self-Organised Groups (or groups led by members of the target group themselves) in the Americas, Africa, Europe and Asia in 2009. Researchers went back to their communities, or to the communities they work with, and acted as catalysts for the FPAR process. Research groups included: the **Federation of Women Lawyers in Kenya (FIDA-Kenya)**; **Legal Resources Center - Untul Keadilan Jender Dan Hak Asasi Manusia (LRC-KJHAM)** in Indonesia; **Asosiasi Tenaga Kerja Indonesia-Jakarta** or the **Association of Indonesian Migrant Workers (ATKI-Jakarta)**; **Self-Empowerment Program for Migrant Women (SEPOM)** in Thailand; **RESPECT Netherlands** together with **TRUSTED Migrants** and the **Commission for Filipino Migrant Workers** in the Netherlands; **Researchers Noushin K and Fereshteh** in Canada; **Akina Dada wa Africa (AkiDwa)** in Ireland, **La Strada Moldova**; **Movimiento De Mujeres Unidas (Modemu)** in the Dominican Republic; **Sociedade De Defesa Dos Direitos Sexuais Na Amazônia (Sodireitos)** in Brazil; and **Centro de Apoyo Aquelarre (CEAPA)** in the Dominican Republic.

At the end of this FPAR process one Self-Organised Group said: ‘This is a feminist process’. The anti-trafficking sector has often been accused of determining what’s best for women ‘for their own good’. This initiative seeks to counteract that idea by documenting how women are steering change in their communities. We are proud to share their knowledge and their stories of resilience, hope and strength.

A Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais na Amazônia, organização não governamental em Belém (Brasil) está realizando uma pesquisa ação junto com um grupo de mulheres brasileiras migrantes que voltaram para o Brasil, depois de experimentar várias realidades no exterior. Este relatório é um retrato do início desta experiência, que continua em andamento até dezembro de 2010 (previsão). Portanto, é uma primeira abordagem deste processo de pesquisa ação que nesta fase de formação do grupo de pesquisa e aproximação com a metodologia e temática já mostrou grandes resultados."

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

Pode-se dizer que os movimentos migratórios sempre estiveram presentes na história dos grupos humanos, e de certa forma, fortemente arraigados nas condições de heterogeneidade geográfica, social, econômica, política ou cultural que caracterizam tais grupos.

As últimas décadas tem, entretanto, testemunhado o aumento dos fluxos migratórios, sobretudo favorecido pelo desenvolvimento tecnológico, comunicacional e de transporte relacionados ao chamado fenômeno da globalização.

Estudos estimam a existência de aproximadamente 191 milhões de migrantes no mundo (Relatório da divisão de populações das Nações Unidas - 2007).

Nessa atual configuração do fenômeno, entra em cena, para além da heterogeneidade, o processo de acirramento das desigualdades, agudização da exclusão social e da pobreza, também resultantes desta globalização. Inquestionavelmente, o fenômeno da migração está relacionado, hoje, com a desigualdade entre as pessoas, classes sociais e entre as nações, embora se possa identificar outros aspectos adjacentes (desejos de mobilidade, exploração, aventura). A principal motivação da migração é a busca de oportunidades, melhores condições de vida.

A Sodireitos coordenou em 2007/2008 uma pesquisa tri-nacional sobre tráfico de mulheres do Brasil e da República Dominicana para Suriname, procurando entender a dinâmica deste processo nesta rota específica, cuja existência era denunciada mas cujos atores, suas relações e suas realidades não eram conhecidas. A pesquisa mostrou uma realidade de violações de gênero desde a infância das mulheres que chegaram a ser inseridas no tráfico de mulheres para Suriname, suas lutas e as lógicas do funcionamento da rede de tráfico de mulheres. Estas mulheres fazem parte de um contingente cada vez mais expressivo de mulheres que migram para fora do Brasil, nem todas através do tráfico de mulheres.

Fluxos migratórios, antes de refletir opções e decisões individuais, são conseqüências de questões estruturais, tanto inerentes ao processo e modelo de desenvolvimento (mecanização e ampliação da escala de agricultura, industrialização, colonização direcionada e estimulada) quanto a acontecimentos conjunturais (guerras, secas, descoberta de jazidas de ouro). A decisão individual ou em grupo para migrar está recheada de subjetividades e estímulos (às vezes sem espaço para escolha) externos.

Este crescimento tem atraído atenção do tema para o debate público e acadêmico e fomentado um grande número de estudos e pesquisas. A maioria desses estudos tem, entretanto, sido voltados para as migrações laborais protagonizadas por atores masculinos.

Acontece que, deste total, 94,5 milhões são mulheres, caracterizando aquilo a que a literatura tem chamado de feminilização dos deslocamentos populacionais (Bilac, 1995), como resultante de um novo momento da acumulação capitalista decorrente das crises atuais.

Mais de 100 mil brasileiros emigram todos os anos à procura de melhores condições de trabalho no mundo. Os dados no Brasil são imprecisos, mas o Conselho Nacional de Imigração estima que o número global de emigrantes brasileiros já ascende a mais de 03 milhões, calculando-se que perto de 33% estejam clandestinamente nos seus países de acolhimento.

A migração brasileira é um fenômeno relativamente recente e ocorre apenas a partir dos anos 70 do século XX, Sendo até então conhecido como país de imigração de grandes grupos e etnias diferentes (africanos, europeus - destaque para os portugueses, italianos, alemães - japoneses, etc.). A partir dos anos 80, o brasileiro está a tornar-se um novo nômade do mundo.

Imigrantes registrados na Europa originados da América Latina são predominantemente do sexo feminino 54,6% (292.778 mulheres do total de 535.788 migrantes), e quando se refere aos migrantes brasileiros, a presença de mulheres ainda é maior, sendo de 69,5% em 2001 (Pellegrino, 2004).

Em 1991, só 5,3% dos migrantes eram pessoas não qualificadas, enquanto em 1999, 25% dos migrantes trabalhavam em hotéis e restaurantes e 27,1% atuavam em funções sem necessidade de qualquer qualificação.

Algumas mudanças significativas no perfil do migrante podem ser notadas: mais pobre, menos formação, menos qualificado e conseqüentemente menos possibilidade de alcançar ascensão social através de inserção no mercado de trabalho europeu.

Essa feminilização dos deslocamentos está intimamente relacionada com a chamada feminilização da pobreza (aumento da responsabilização unicamente da mulher pelo sustento dos filhos e dos domicílios).

Tanto é assim que, no horizonte ou na justificativa da opção destas mulheres está sempre o desejo de mudar de vida, em busca de renda através de trabalho/emprego na lógica das estratégias de sobrevivência acessíveis para mulheres oriundas da classe pobre ou em busca de um relacionamento que possibilite estabilidade financeira.

Se arriscam em aventuras, frequentemente com pouquíssimos objetos pessoais, escasso dinheiro e quase nenhuma informação sobre o destino.

Nos locais de destino são trabalhadoras domésticas, ajudantes de limpeza, garçonetes, dançarinas, acompanhantes de idosos, enfermeiras, operárias, prostitutas ou donas de casa.

Segundo dados da ONU (2009), os resultados que as mulheres podem conseguir, variam conforme seus países de origem e nível de escolaridade. Nos EUA, por exemplo, as mulheres provenientes do Caribe, Ásia Oriental, Europa e sul da África conseguem maior e melhor inserção no mercado de trabalho, do que as provenientes da Ásia Meridional, Oriente Médio, América Latina ou Norte da África.

Os dados mostram que dificilmente elas conseguem ascensão social através da migração, considerando que as redes sociais de migrantes se configuram dentro da mesma classe e que o trabalho no exterior para migrantes geralmente é abaixo da sua qualificação. A exceção identificada de ascensão social das mulheres migrantes foi através de casamento com homens de outra classe, fato importantíssimo para

considerar no olhar sobre migrações femininas. Pois, consciente desta realidade, elas procuram trabalho/emprego ou um casamento?

É fato que a cada ano centenas de mulheres que trabalham no estrangeiro enviam milhares de dólares para suas casas em seus países de origem. Esse dinheiro é utilizado para alimentar seus filhos (ou pais), educá-los, iniciar pequenos negócios, construir ou reformar casas, melhorar suas vidas enfim. No ano de 2005, as remessas de mulheres migrantes para seus países de origem foram calculadas em 232 milhões de dólares (Pnud 2009), constituindo a segunda maior fonte externa de fundos para os países em desenvolvimento. Isso sem contar os montantes transferidos por formas não-oficiais.

Tanto nos seus países de origem, quanto naqueles que acolhem estas mulheres, esse trabalho e esses recursos estão de tal forma imbutidos na dinâmica social que passam despercebidos. As mulheres trabalham de forma árdua e sustentam de forma invisível toda uma dinâmica social de lucros e produção, contribuem para o bem estar econômico e social desses países, são, portanto, tanto trabalho, quanto recursos financeiros que este gera, deveras importantes no tecido social.

A despeito dessa importância, o quadro que se observa é tanto de desconsideração da importância da migração feminina para a dinâmica social e econômica das regiões e locais de origem e de destino, tanto a vivência das mulheres como sujeitos, como migrantes. Só recentemente este trabalho e estas mulheres passaram a figurar nas estatísticas e fazer parte da pauta pública de debates, o que mostra que está apenas no início, o processo de se compreender os riscos e desafios que este fenômeno, ou esta nova cara impõe.

Que novas problematizações esta maior visibilidade das mulheres trazem para o debate do fenômeno migracional? Como se inserem as questões de gênero nessa dinâmica? O que significa a migração na vida das mulheres (e das suas famílias)?

O Contexto Brasileiro E Amazônico

Quando se fala na Amazônia a situação ganha contornos específicos. A população tem denunciado com suas condições de vida, e também com sua voz, as diversas formas, pelas quais, a riqueza, exuberância ou potencial econômico da região não tem servido à melhoria de suas condições de vida.

Trata-se de uma área, que ocupa cerca de 60% do território brasileiro, com importância estratégica nacional e alvo de pressão internacional pela preservação de uma das maiores biodiversidades do planeta. Trata-se ainda de uma região que nunca mereceu a atenção devida por parte das políticas governamentais e que, por isso, também concentra problemas de tamanha ou maior relevância, nacional e internacional.

A sua história de ocupação ou exploração foi marcada pela visão de um bioma homogêneo, que reiteradamente negligenciou a população que a habita, os homens e mulheres que buscam nos recursos da região a possibilidade de construir seus sonhos de vida digna para eles e seus filhos.

Ao longo dos séculos os amazônidas testemunharam as políticas de “desenvolvimento” pautadas na Segurança Nacional e nos chamados Grandes projetos, impostos de fora e atrelados a poderosos interesses econômicos regionais

ou internacionais. Testemunharam o fracasso de alguns (como o de Fordlandia ou do Jari) e o avanço de muitos outros que exploram as riquezas e, quando muito, “beneficiam” a população com empregos precários, baixos salários, instabilidade e verdadeiros bolsões de miséria nas cidades e pequenas vilas do seu entorno. Vários são os exemplos, a exploração de ouro no Pará, os complexos hidroelétricos, o chamado pólo Carajás de exploração de minérios, as incontáveis atividades madeireiras e as agroindústrias, a pecuária e a expansão da cultura da soja.

Todos esses projetos são planejados para cumprir um papel bem definido dentro da expansão do capital nacional e internacional e todos em geral, baseados e respaldados por pesquisas, incentivos e fortes argumentos sobre a importância sócio-econômica e para o desenvolvimento da região e do país.

Argumentos que caem por terra, quando se percebe que a população da Amazônia é, na verdade, mera expectadora desse “desenvolvimento”, sem se beneficiar dele e sofrendo, em geral, uma das suas piores conseqüências, a miséria e a necessidade de abandonar suas terras.

O que se verifica é uma ausência das discussões sobre desenvolvimento na agenda pública brasileira, ou desenvolvimento visto apenas pelo viés econômico.

Que o desenvolvimento da Amazônia Brasileira deve ser prioridade nacional é fato incontestável, entretanto, este deve se dar a partir das necessidades, interesses e ser protagonizado pela sua população. Esta população que ocupa um território diversificado e que é diversificada: pequenos agricultores, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, migrantes de diversos lugares, assentados, garimpeiros, habitantes das periferias das grandes cidades e pequenas cidades, operários, desempregados. Todos com um processo de expropriação, socialização e de vínculos com seu contexto que precisam ser considerados e compreendidos.

Um dos resultados dessa expropriação é o processo de migração, que faz com que hoje cerca de 70% da população da Amazônia viva nas cidades, grande parte delas em aglomerados da periferia sem acesso aos bens e serviços básicos, sem alternativas de inserção social ou tendo que, individualmente, construí-las ou procurá-las.

Estas situações de vulnerabilidades que são característica da população em geral, afetam de modo específico grupos populacionais distintos, como por exemplo, as mulheres, crianças e jovens. Isso porque, para estes grupos, a pobreza e exclusão social e econômica, é transversalizada por fortes marcadores de gênero e idade.

Marcadores de submissão, invisibilidade do trabalho e da presença na dinâmica social acabam por destinar, ainda atualmente, para as mulheres um não-lugar ou sub-lugar, subcidadania. Os programas de desenvolvimento, os investimentos, as políticas sócio-econômicas sempre foram direcionados para o agro-negócio e mineração, que procuram trabalhadores masculinos. A presença da mulher e as questões da sua sobrevivência foram consideradas uma conseqüência do trabalho masculino.

Historicamente, as mulheres se deslocam, para dentro ou fora da Amazônia atrás dos homens pioneiros, seringueiros, garimpeiros, trabalhadores de construção, marinheiros e caminhoneiros para ocupar os lugares por eles desejados: trabalhadoras domésticas, prostitutas e/ou para um eventual casamento, muitas vezes através de aliciadores e traficantes.

2. PORQUE UMA NOVA PESQUISA SOBRE MIGRAÇÃO?

Esse dinamismo populacional fragilizou e continua a fragilizar a posição da mulher na Amazônia, produzindo uma cultura permissiva à exploração da mão de obra feminina no mercado de sexo e no âmbito doméstico, contribuindo grandemente para a configuração do crime de tráfico de mulheres.

É certo que o país tem experimentado avanços nos últimos anos em termos, por exemplo, de garantia de direitos sociais, políticas afirmativas, novas legislações garantidoras de direitos (como é o caso da lei Maria da Penha) e novos desenhos institucionais como a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Mas sabe-se também que há um longo caminho a ser percorrido no sentido de que estas conquistas sejam efetivamente sentidas no conjunto da população, de forma concreta em termos de garantia de direitos, inserção social e vida digna.

Toda a experiência de trabalho com mulheres demonstra a frequência de mulheres migrantes como sujeitos ativos e violados na organização social das periferias de Belém, sendo pródigas em apresentar situações de idas e vindas de mulheres para diversos países da Europa ou América Latina, que levam na bagagem grandes esperanças e sonhos e na volta para muitas são preenchidas com fracasso, decepção e com frequentes histórias de violações.

Não é raro encontrar mulheres migrantes presentes em todos os bairros e comunidades de Belém, mas sem consciência política da sua condição de migrante e a sua importância para o desenvolvimento local. O que significa a migração das mulheres para as famílias e a comunidade local? Como elas podem compreender e quebrar o ciclo de exploração que nos seus casos incluiu idas e vindas para o exterior? Como elas enxergam sua posição e papel, quais são os impactos concretos nas suas vidas e da comunidade de seu movimento migratório, são algumas das perguntas que impulsionam a proposição de uma nova pesquisa sobre migração de mulheres.

Esta pesquisa pretendeu, assim, além de construir conhecimento sobre as mulheres migrantes das periferias de Belém, pela via da descrição de algumas variáveis sociodemográficas (idade, acesso à educação, ao trabalho, cultura, lazer, filhos e vida familiar), variáveis estas que nos ajudam a conhecer quem são estas mulheres: o que fazem, quais suas condições de vida e características de acesso a bens e serviços. Quer também trabalhar esta compreensão de um ponto de vista delas mesmas, trabalhando suas percepções sobre as condições em que vivem, compreendendo criticamente os seus problemas como parte de um contexto de interrelações entre dimensões sociais e econômicas, relações de gênero, de transformações no mundo do trabalho enfim, de aspectos de desenvolvimento local, regional, nacional e mundial e de como estes afetam suas condições de vida e as “opções que fazem”.

É uma proposta que surge, portanto, dentro de uma estratégia maior de trabalho com as mulheres, de fortalecimento das condições de enfrentamento às violações de direitos e de garantia de cidadania a estas, trabalhando coletivamente a

compreensão dos problemas e as possibilidades, motivações e propostas que estão dispostas a ter para enfrentá-los.

O trabalho como um todo tem um pressuposto básico que é fortalecer a capacidade de autonomia das mulheres e as condições de organização coletiva, envolvendo-as neste processo de enfrentamento e de compreensão da realidade migratória deste grupo de mulheres. Pensando que além de entender quais os problemas que as mulheres enfrentam, é necessário juntos a identificar quais são os fatores e indicadores de empoderamento e proteção relevantes na garantia dos seus direitos.

Pensa-se que, mais do que conhecer as condições de vida, esta pesquisa tem funcionado como instrumento para aproximação e descrição de um contexto local específico que permite conhecer a realidade das mulheres e suas comunidades, revelando indicadores sobre os quais é possível atuar.

Para além destes, há o diferencial de as próprias mulheres se envolverem em todas as etapas do processo (elaboração, execução, análise e desdobramentos da pesquisa) o que se torna indispensável em termos de percepção da sua própria realidade e com isso, de suas capacidades de análise e de inserção nas alternativas de superação.

Esse pressuposto justifica a opção metodológica e política da pesquisa que desenha um percurso diferenciado, que vai construindo um mergulho cada vez maior na realidade vivida, um olhar diferente, de outro lugar e com outra perspectiva, um confronto sucessivo com esta realidade que é ao mesmo tempo tão próxima e tão distante, uma vez que não problematizada por estas mulheres até então. Compreende-se este, como um passo importante, por acreditarmos que tomar consciência da situação concreta e assumir sua condição é fundamental para trabalhar alternativas de superação desta.

Ainda do ponto de vista estratégico-institucional, para uma organização como a Sodireitos passou a ser vista como fundamental a incorporação não apenas do ponto de vista e das vozes das mulheres na ação, mas agora, delas mesmas, que passam a se constituir sujeitos da ação e incidência política pela garantia dos direitos sexuais e migratórios das mulheres.

3. OBJETIVOS

Esta pesquisa faz parte de uma rede mundial de pesquisas sobre migração de mulheres (da aliança global contra tráfico de mulheres, GAATW) onde a voz e protagonismo destas mulheres é aspecto central.

A pesquisa visou fomentar ações locais dirigidas por mulheres empoderadas, incluindo incidência para as políticas que criam e fortalecem um ambiente de direitos. Para a Sodireitos o objetivo se traduziu em:

Proceder a coleta de informações e analisá-las, junto com um grupo de mulheres migrantes em Belém dispostas a participar do processo de pesquisa e formação, experiências de mulheres sobre a migração (forçada ou voluntária, interna ou para o estrangeiro) e trabalho.

Construir protagonismo com estas mulheres na identificação e resolução dos problemas que enfrentam, através de um processo de empoderamento individual e coletivo.

Como primeiro indicador do desenvolvimento do trabalho há o número de mulheres migrantes participando no processo de coleta e análise de dados.

O grupo começou com duas mulheres, no segundo encontro seis, no terceiro sete e no último encontro oito mulheres. Importante observar que o trabalho do grupo de mulheres migrantes não se encerrou. Elas estão construindo com a equipe de Sodireitos uma história maior, de aprofundamento na pesquisa, de investimento em mudanças nas suas vidas e de planejamento de ações políticas.

Estas intervenções realizadas pelo grupo ainda estão numa fase de planejamento, na qual há desejo de falar com a comunidade sobre a migração a partir de suas experiências e cobrar atitudes do Governo.

Algumas das perguntas chaves que esta pesquisa se propõe a responder:

- 1) Quem são as mulheres que migram (perfil demográfico, configuração subjetiva). O que fazem? Como vivem? O que pensam? O que demandam? Como se fazem sujeitos, mulheres e homens nesse contexto? Quais as dinâmicas internas e externas de vida?
- 2) Como e em que condições tem se dado o processo de migração entre as mulheres (motivações, destinos, transporte, viagem, condições de vida anteriores, situações no destino, retorno).
- 3) Como se configura hoje o mundo do trabalho e como este se configura no contexto específico dos bairros ou comunidades das mulheres? Como as mulheres se inserem ou são inseridas nele? Quais as percepções e significados sobre essa inserção? (como vêem, expectativas)
- 4) Como o gênero, a migração e o trabalho se interseccionam na vida das mulheres, em termos de realidades experimentadas e das leis e políticas?

- 5) De que maneira as mulheres estão experimentando as relações de poder e exercendo ações para reclamar seus direitos?
- 6) Quais os resultados que elas obtêm nos mercados de trabalho nos países de destino, como e em função de quais fatores estes variam?
- 7) De que forma a migração impacta a capacidade das mulheres para tomar decisões em sua vida (social, econômica e política)?
- 8) Quais são as principais vantagens e desvantagens da migração e trabalho para as mulheres?
- 9) Quais são os processos oficiais ou formais de migração e trabalho? Como as mulheres os estão usando?
- 10) Qual o impacto para as mulheres, suas famílias e a comunidade em termos:
 - econômicos (ganhos e perdas financeiras, possibilidades de investimento, relações econômicas através da rede de migração, autonomia ou dependência financeira, no que as remessas são gastas e como elas influem nessa decisão?),
 - sociais (conflitos e separações na família, abandono e perda de laços familiares, impactos para os filhos, novas redes sociais, empoderamento social devido experiências novas, novas capacidades ou perda de capacidades) e
 - políticos (fortalecimento ou enfraquecimento de participação política, novas alianças)

4. A METODOLOGIA PESQUISA AÇÃO FEMINISTA PARTICIPATIVA - PAFP (FPAR em inglês).

O trabalho de pesquisa aqui referido, para além da investigação ou descrição de situações de mulheres migrantes, tem buscado fundamentalmente o protagonismo das próprias mulheres envolvidas num processo, ao mesmo tempo, individual e coletivo de diálogos, reflexões sobre suas vidas e problemas, tipo de propostas que podem e querem adotar para resolver.

A pesquisa se insere assim numa ação de intervenção direta na realidade social, combinando paradigma interpretativo (compreender e interpretar a realidade e os significados das pessoas) e sócio-crítico (identificar o potencial de mudança).

Estas expectativas justificam a opção pela pesquisa ação, por entendê-la, como mais do que uma metodologia de pesquisa, um instrumento político, que demonstra capacidade de aliar a possibilidade de aprofundamento dos fatores diversos que podem impactar a vida de cada uma das mulheres, simultaneamente à provocação de atitudes, de criação de um espaço pessoal e político, de construção de capacidades críticas e pelo estímulo ao engajamento e participação em ações transformadoras ou propostas de superação de problemas.

Nesse contexto, a metodologia da pesquisa-ação se integra às discussões do feminismo como instrumento político importante, instrumento e referencial de tomar as mulheres como sujeito central, tomando sua voz e situações concretas de vida como ponto de partida na busca de proceder um exame crítico, compreendendo contextos, estruturas e relações que as determinam, compreender causas como passos importante para proposição de mudanças.

O ponto de partida da pesquisa foi então, tomar ação cotidiana, processos individuais e coletivos de análise e possibilidades de participação como fontes de conhecimento. Isso, acredita-se, traduz o sentido do empoderamento das mulheres no controle de suas próprias vidas.

5. A METODOLOGIA PAFP (FPAR) EM AÇÃO.

O grupo de mulheres migrantes ainda está no seu trabalho de levantar, sistematizar e interpretar suas experiências, visões e idéias e não chegou na fase de elaborar sobre as mesmas em termos de relatório. O que segue neste relatório, portanto, é uma apresentação do trabalho realizado até neste ponto, uma leitura por parte da equipe de pesquisa da Sodireitos. Não teve ainda um cruzamento de leituras das mulheres migrantes com aquelas dos pesquisadores, o que deve ocorrer em decorrência da continuidade da pesquisa ação e levar, sem dúvida, a novas interpretações e verdades.

Iniciamos o trabalho com a pergunta de como construir um espaço pessoal e político para o empoderamento das mulheres migrantes, de forma que estas pudessem refletir sobre suas condições de vida, suas experiências, causas e alternativas de solução para seus problemas?

Esta pergunta difícil de responder foi o guia inicial de construção do processo de PAFP.

Dois aspectos orientaram nossas ações iniciais: 1) o conhecimento acumulado pela Sodireitos em pesquisas, estudos e trabalhos anteriores e 2) a aproximação relativa com algumas mulheres migrantes (algumas traficadas) e / ou famílias de mulheres que iniciaram processo de atendimento na entidade.

Estes eram, entretanto, nossos, no sentido em que nós detínhamos estas informações e as problematizamos, fazendo delas referências para debates e incidência política. Migração, tráfico de mulheres e trabalho escravo se constituíam em problemas sociais que devem ser alvo da ação pública e problemas de pesquisas para nós, desde o início, que os discutimos e problematizamos, mas não para as mulheres, que apesar de os vivenciarem, não fazem, destes, possivelmente, alvo de suas reflexões, de busca de suas interrelações, causas e conseqüências.

Ora, isto, entretanto, se constitui como questão inicial e básica para início de um processo de PAFP: necessária reflexão sobre suas vidas, seus problemas e interrelações de forma a estimular ação coletiva e transformadora, em nossa percepção, uma tradução concreta do empoderamento, um processo que sabemos, não pode ser realizado por ninguém mais que o próprio sujeitos (neste caso, as mulheres) na tomada de consciência de seu poder e capacidades de ação.

Os primeiros passos: sensibilização e envolvimento.

Tínhamos uma idéia e uma proposta, que é preciso reconhecer, se baseava nos nossos pressupostos e conhecimentos, que não necessariamente eram (ou são) os das mulheres. Além disso, é preciso reconhecer também que por mais informações que tenhamos, não conhecemos de toda a realidade por elas vivenciadas, simplesmente porque não as vivemos e por isso, estas serão sempre parciais, porque construídas de um ponto de vista externo, sempre limitado. Como motor inicial, portanto, dispúnhamos além da motivação, da crença de que o processo de empoderamento é

básico para pensar mudanças nas condições de vida das mulheres e foi com estas que saímos às ruas das periferias da cidade com o convite à adesão das mulheres.

Identificação e convite para a pesquisa - contatos iniciais, aproximações com as mulheres migrantes.

- Este processo constou de atividades preliminares de levantamentos nas comunidades e retomada de contatos com mulheres em atendimento pela Sodireitos ou que haviam sido atendidas.
- Foram realizadas palestras em comunidades específicas ou grupos, nos quais se fez um levantamento de casos e situações de migração que possibilitou construir um mapa de locais com maior frequência.
- Nestes contatos / visitas foram feitas apresentações do projeto inicial incluindo proposta, metodologia e intenções para as mulheres.
- Houve casos em que se fez contatos com a família porque estas estavam próximas e acabavam se envolvendo na conversa, estes contatos aconteceram sem oposição da mulher migrante. Assim nos aproximamos de mães, irmãs, sobrinhos etc.
- Estas conversas mais ampliadas funcionaram como um momento de mais conhecimento sobre o contexto de vida das mulheres e suas famílias - o que fazem, como vivem, trabalham etc; o que acabou possibilitando uma compreensão do universo familiar também.
- Acabamos percebendo como a família significa a viagem de um de seus membros e as opções das mulheres, como se envolve com esta questão; inclusive o papel que tem no desfecho do caso: foram as mães que se empenharam, procuraram a polícia; procuraram o braço da rede na comunidade, ameaçaram e foram ameaçadas por esta; é também, em alguns casos, quem recebe e utiliza o dinheiro (escasso geralmente) que as mulheres enviam do exterior;
- Falar com as famílias foi um processo de imersão inicial no contexto que abriu novas interrogações na discussão das possibilidades de protagonismo das mulheres e suas famílias. Este processo continua numa aproximação maior, as famílias (mães, filhas e filhos) passaram a frequentar a entidade, se envolvem em algumas atividades.

Segundo momento: entrevistas individuais com as mulheres.

Após os contatos e mapeamentos iniciais e as manifestações de adesão das mulheres, passamos para um momento individual de formalização do convite. Apresentamos o projeto / proposta e metodologia pensados e solicitamos suas contribuições para adequações e formatação final do projeto.

Em seguida partimos para uma entrevista compreensiva em profundidade já como primeira coleta de dados.

Estas entrevistas permitiram ampliar compreensão dos contextos de vida das mulheres, identificar experiências e formas de significação destas, começar a identificar problemas e questões que poderiam ser refletidos e eleitos como demandas de mudanças.

Foram contactadas 08 mulheres. As entrevistas foram realizadas nas casas das mulheres ou na sede da entidade e duraram em média 60 a 120 minutos e seus conteúdos foram gravados e transcritos, sendo posteriormente devolvidos para as

entrevistadas para que elas pudessem fazer alterações ou complementações e validá-los. Falar de sua experiência, poder reler o que falou, é uma forma de sistematizar a experiência vivida, de externalizar para poder trabalhá-la de outra forma, reconstruir significados. Em vez de uma lembrança e experiência que domina suas vidas, ela se torna acessível para novas leituras, interpretações e ações.

Rigor do Estudo e compromissos éticos

Ao final das entrevistas foram formalizados mais uma vez os convites para a construção do grupo de PAFP. A confiança e a credibilidade do estudo foram apoiadas através da triangulação de técnicas coletivas de coleta de dados, validação, análises e elaborações orais e por escrito. Para isso foram firmados acordos com as mulheres e equipe coordenadora da pesquisa.

Após explicações e discussões detalhadas e exaustivas sobre todos os objetivos e procedimentos foram feitos também acordos e compromissos de trabalho, assegurando a confidencialidade das informações, o anonimato das identidades, a participação voluntária e a decisão coletiva sobre os usos das informações e formas de divulgação destas.

A opção por um modelo inicial de entrevista aberta se fez como forma de tentar uma abordagem mais ampla das percepções das mulheres sobre sua vida e o processo de migração. Partimos do pressuposto de que estas entrevistas foram uma primeira abordagem nas quais não era necessário esgotar todos os temas, assuntos e informações, mas, reunir narrativas que podem trazer novas categorias para avançar no processo de construção do conhecimento.

Trabalhamos com uma pergunta aberta inicial que abriu o roteiro de entrevistas, que foi a seguinte:

“Bom dia, boa tarde ou boa noite. Eu sou (Isabel / Marcel), da equipe da SODIREITOS e esta é uma pesquisa sobre migração, trabalho e gênero. Nós queremos “documentar as experiências de mulheres sobre a migração e trabalho, e analisar estas experiências desde uma perspectiva feminista e de direitos humanos”. Você gostaria de relatar sua experiência pra gente?”

Todas as demais questões vieram em função das narrativas iniciais, que foram se desenrolando de acordo com a nossa interação com as mulheres. Isto não impediu que outras questões fundamentais para a pesquisa pudessem ser feitas no decorrer da entrevista, caso não aparecessem na narrativa das mulheres.

Nestas breves apresentações pode-se perceber fortes marcadores de identidade? Quem são? São sucessivas histórias de negação de direitos - famílias em geral de mulheres - mães, filhas e filhas e filhos destas. Em comum, uma história de negação de direitos: baixa escolaridade, gravidez e filhos ainda muito jovens, trabalho informal, trabalho doméstico, prostituição (em alguns casos). Como se entrelaçam trabalho e gênero com as histórias e experiências de migração? Que oportunidades tiveram? Quais as condições de acesso a serviços estão garantidas? Para todas elas a migração tem como principal motivação e componente a busca de “mudar de vida”, que se traduz especialmente por condições financeiras, às quais se agregam oportunidades de conhecer outras realidades e viver outras experiências.

As histórias não falam apenas da migração - como um fenômeno visível claramente - diferentemente de outras regiões (fronteiras, por exemplo) onde a presença de estrangeiros - a diversidade física e cultural é facilmente percebida nas ruas, feiras, em atividades laborais específicas (garimpo, construção etc).

Neste caso a migração é um fenômeno mais secundário, já que primeiro precisa se olhar as condições de vida e de oportunidades.

Trata-se também de um fenômeno mais silencioso, invisível: em primeiro lugar, porque as mulheres saem - de suas casas, de suas comunidades - e diante da condição de vida que levam, só as famílias sentem essa falta - se sentem.

Em segundo lugar, porque por falarmos de saída - não é possível falar ou sentir a presença incomoda, da nova pessoa, do diferente, do estranho; este é o caso.

Essa característica faz com que o fenômeno emigratório destas mulheres passe quase que despercebido - sabe-se que historicamente a discussão da migração só encontra espaço político quando o migrante se transforma em problema no local de destino;

Falamos de mulheres que já vivem processos de invisibilidade nas periferias, nas ruelas e passagens dos bairros distantes do centro das grandes cidades (é o caso das que entrevistamos); já vivem invisíveis, em condições de miséria, em casebres, úmidos, sujos, mal acabados e sob o estigma dos preconceitos - perdidas nos confins das grandes cidades.

Desemprego e trabalho formal marcam suas histórias - e muitas tentativas de acerto; montar negócios, alternativas de ganhar o sustento (vendas, montar um negócio; cozinhar, manicure; prostituição - "foi sempre assim, uma ajuda a outra"; no destino essa situação não é diferente: "fui babá de 04 crianças" "ganhava 300 dólares"; mas "em três meses não recebi nada"; a inserção no trabalho é sempre instável, precária, sempre submetidas a relações de poder;

Baixa escolaridade e percepção de que a escola não funciona, não serve para nada, não aprendem nada "sempre tive dificuldade, estudava, estudava e não passava" - diz uma delas; são marcas que unem essas mulheres que não se conhecem, mas que parecem contar a mesma história.

Um segundo passo da pesquisa: Formalização e desenvolvimento do grupo de mulheres.

Após as entrevistas as mulheres foram convidadas a se engajar num processo coletivo de reflexão e colaboração. A intenção inicial foi desenvolver um processo de reflexão crítica que permitisse progressivamente explorar/refletir a situação de suas vidas e identificar o que gostariam de mudar e como juntas poderiam pensar estratégias para isso.

Foi marcado um primeiro encontro no qual apareceram apenas duas mulheres, mesmo com toda uma estratégia de preparação que incluiu ida às casas levando convite individual. As duas mulheres trocaram suas experiências junto com a equipe de pesquisa e atendimento.

O "fracasso" do primeiro encontro levou a uma estratégia mais ativa de mobilização para o segundo encontro.

Por acreditarmos que as mulheres precisavam primeiro conhecer mais a Sodireitos e experimentar o que significa fazer parte de um grupo para poder se comprometer com a sua participação, montamos um esquema de mobilização diferente que incluiu após combinar a data ligarmos no dia anterior para lembrar ou confirmar. Falando com cada mulher e com as mães, além de uma empregadora. Toda possibilidade de impedimento foi analisada para ser superada (quem estava trabalhando, negociamos com a empregadora; quem não tinha com quem deixar seus filhos, permitimos que trouxesse seu filho). Para evitar que a distância e desconhecimento do caminho fossem impedimentos para a participação das mulheres, os pesquisadores dividiram os endereços de mulheres para buscá-las com os filhos nas suas casas. Confirmamos e confiamos na autonomia das duas que compareceram no primeiro encontro para virem sozinhas. Foi organizado espaço e atividades para os filhos na entidade.

As estratégias funcionaram e tivemos a participação de **6 mulheres**. Neste segundo / primeiro encontro foi então negociada uma agenda de reflexões conjuntas e firmados acordos de funcionamento do grupo. Buscou-se deixar claro o engajamento coletivo, responsabilidades e papéis. Até o momento foram realizados 04 encontros com duração de aproximadamente 08 horas cada.

Foram também reafirmadas as bases de construção das interações de da confiança, preparando base interacional destas mulheres com a dupla de pesquisadores e as duas profissionais do serviço de atendimento da Sodireitos, constituindo referências e apoio para o processo grupal.

Quem sou eu? Refletindo sobre si começando a se mostrar às / ao outros/as.

Tentamos construir um ambiente agradável, de confiança e propício à interação. Atividades de acolhimento e integração foram indispensáveis.

A partir da justificativa de dar-se a conhecer ao grupo foi proposta a construção de um painel que respondesse apresentasse: quem eu sou?

As mulheres foram incentivadas a se espalhar no espaço, se apropriando do mesmo e refletir/ trabalhar sobre a pergunta. Faziam isso enquanto folheavam revistas e outros materiais disponíveis. A observação mostrou como se entregaram à atividade. Algumas contaram suas histórias para a equipe enquanto trabalhavam. Os painéis foram espalhados na sala, começando a dar a cara do espaço que a partir dali começava a ser dominado pelas mulheres e suas histórias.

Elas por elas mesmas: um momento de reflexão e consciência de si.

D: Seu cartaz tinha alguns recortes e vários pedaços de texto. Contou de ter sido traficada, passado por Suriname, Holanda e Alemanha. Que sofreu muito, ficou viciada em drogas e quando voltou para o Brasil viveu na rua e pensões, junto com outras pessoas drogadas. Sofreu de depressão e disse que ela fez a sua família sofrer muito, mas que hoje ela está melhor, porém, que sua ferida ainda não sarou. Que a ajuda da sua família e pessoas da Sodireitos, que não desistiram dela, tem dado esta força para continuar. Ela chorou um pouco durante sua apresentação, e algumas outras mulheres também choraram.

Em seguida foi a P: que se apresentou. Seu painel era um desenho da situação no Suriname e dois recortes de um modelo/mulher com um quadro vários destinos

turísticos. Contou que foi escondida da sua mãe para Suriname para trabalhar de babá. Cuidou de quatro crianças, 24 horas por dia, sete dias por semana. Ela fugiu de lá e voltou para Belém e nunca mais pretende voltar para Suriname, porém, quer visitar ainda muitos outros lugares no mundo.

B. brincou que era a vez das pessoas da Sodireitos, mas mudamos a posição das cadeiras para apreciar os outros cartazes.

A. fez um cartaz com muitos recortes e contou para tod@s que trabalhou como stripper numa boate em Belém, quando foi convidada para viajar para Espanha para trabalhar como stripper. Quando chegou lá precisou se prostituir. Em três meses conseguiu pagar sua dívida e depois se juntou com um marroquino com nacionalidade espanhola e com bastante dinheiro. Depois de três anos ela foi abordada junto com seu parceiro na rua, pedindo-a seus documentos. Descobriram que ela estava ilegalmente no país e a prenderam. Ficou seis meses numa penitenciária antes de ser deportada para o Brasil. Seu parceiro tentou de tudo para evitar sua deportação. De volta no Brasil ela se relacionou novamente com um ex-namorado. Quando seu ex-parceiro na Espanha ficou sabendo, ele se suicidou. Por isto ela se sente muito culpada. Está há 04 anos sem trabalho, sofre de epilepsia e não pode andar sozinha na rua. Ela se emocionou durante se depoimento, como outras mulheres também ficaram emocionadas.

G. apresentou seu cartaz que estava cheio de recortes. Apresentou suas características, mulher frágil, mas guerreira quando precisa, aventureira e trabalhadora. Gosta de tomar uma cervejinha. Disse que pelo fato de ser aventureira, ela está disposta a viajar novamente, quando pintar uma boa oportunidade. Gosta de trabalhar em equipe. Contou que viajou para Suriname onde trabalhou em clube e garimpo, depois foi garimpeira na Venezuela. Agora está de volta ao Brasil.

B. apresentou um cartaz com recortes e frases. Contou que foi para Suriname para se prostituir e que contou tudo antes para sua mãe, que a deixou livre na sua decisão. Não quis ficar no clube no Paramaribo e foi para o garimpo, onde se amigou e engravidou. Voltou para o Brasil com seu filho e está há dois anos procurando trabalho. Gostou do Suriname e se poder voltará para lá.

D. Desenhou mais no cartaz (D. é analfabeta); construiu um cartaz onde ela e seus 5 filhos estavam representados. Depois de apresentar estes filhos, falou que escreveu que ela ama todas as mulheres do grupo. Contou que foi muito mal tratada no Suriname, torturada (mostrou cicatrizes) e que seu filhinho também foi machucada (amarrado, cortado, cabeça raspada) por homens quando ela não queria fazer o que pediram. Ele tentou suicídio, mas não morreu. Acredita que Deus ainda tem outros planos com ela. Tod@s ficaram emocionados

Depois destas apresentações, a equipe também apresentou seus cartazes, reforçando a disponibilidade e felicidade de estar trabalhando com elas.

A partir destas apresentações, entramos na reflexão sobre a importância das suas histórias, suas idéias e a possibilidade de poder crescer a partir de um trabalho de estudo, reflexão e sistematização das suas experiências. Possibilidade que pode ser realizado como grupo.

Os processos de grupo pretendem de início de fortalecimento identitário das mulheres assim como de um investimento na dinâmica grupal. Os encontros de grupo tem se constituído em momentos de troca de experiência e percepções, dentro dos quais cada mulher pode construir-se sujeito, experimentar e intercambiar sentimentos de tomar posse de si, construir projetos de identidade de sujeitos, que empodera, podendo construir vontade e condições de projetos de vida diferente, pode refazer-se num projeto de transformação da sociedade. potencializado numa

identidade coletiva. Construção grupal, mediação e interlocução com outras mulheres, que viveram histórias semelhantes ou diferentes, processos de reflexão sobre essas experiências, permitindo reapropriação e ressignificação.

Em cada grupo são elaborados relatórios e construído um produto que é distribuído a todas as participantes como forma de que cada uma possa construir /elaborar a sua trajetória dentro do grupo. As mulheres tem guardado estes materiais e demonstram orgulho em tê-los, relatam que relêem, algumas tem mostrado para outras pessoas: filhos, mães, patroa. É como se os produtos significassem posse de suas histórias, de suas vidas, demonstração do que começam a ser capazes de construir.

A partir das discussões sobre a dinâmica do grupo de trabalho vão surgindo/ sendo elaborados os princípios / acordos de funcionamento e as idéias e necessidades de reflexões posteriores, assim como as bases para a ação coletiva. Tem-se percebido a troca de experiências e o papel destas na construção dos vínculos entre as/o participante (incluindo-se aí a equipe coordenadora da pesquisa). Demonstrações de encorajamento e ênfase na expressão das qualidades pessoais, contribuições positivas na colaboração e tentativas de apoio mútuo, preocupação com os problemas de cada uma, são demonstrações de que o grupo começa a se constituir com tal.

Linha do tempo: trabalho e educação/formação nas histórias de vida das mulheres.

O objetivo do terceiro encontro era para fortalecer a sensação de pertencimento ao grupo, continuar na construção e apropriação por elas da sua história de vida, produzindo um conhecimento a partir das diversas histórias.

Escolhemos o tema trabalho em vez de família (como tínhamos pensado inicialmente), para construir pontes com as possibilidades de pensar intervenções do projeto de atendimento e para enfatizar elas como trabalhadores, e não como vítimas. O processo de organizar e significar as experiências de cada uma e dividir com o grupo pode levar a novos entendimentos e percepções.

Todas se apresentaram novamente, porque havia duas pessoas novas, a L. e sua amiga E. L. foi abordada via o Orkut "migrantes.brasileiros" no qual nas comunidades de brasileiros no exterior eu tinha deixado um convite para contribuir numa pesquisa sobre migração. Ela veio deportada de Portugal, onde mora sua mãe e grande parte de sua família. Ela está estudando turismo à noite e mora com seu primo.

Explicamos novamente o objetivo da pesquisa (conhecer a realidade da migração a partir das experiências de mulheres de Belém, construindo conhecimento juntos num processo dinâmico, participativo e grupal).

Resgatamos o que fizemos no encontro anterior (painel de apresentação individual: quem sou eu) e devolvemos o painel em forma de uma foto. Para dar continuidade ao trabalho anterior, pedimos para que cada pessoa dissesse o que mais a preocupa no Brasil de hoje em dia:

- Falta de atenção de políticas públicas, especialmente para as garotas de programa;
- Miséria
- Fome

- Problemas na área de educação
- Falta de oportunidades (emprego, qualificação, educação)
- Falta de trabalho que impossibilita ter uma renda para comprar uma casa
- Violência
- Falta de oportunidades, de condições de vida para a população
- Falta de responsabilidade, de compromisso com a população por parte do Governo
- Falta de perspectivas e oportunidades nos bairros de periferia

Apresentamos uma reflexão sobre a importância do trabalho para a construção de identidade (quem somos). Pedimos a todas elaborar uma linha de tempo de sua vida a partir de suas experiências de estudo e trabalho. Isabel apresentou sua linha de tempo como exemplo. Fizemos uma dinâmica de relaxamento antes de partir para a construção das linhas de tempo. Depois de finalizar as linhas de tempo, cada uma apresentou a sua ao grupo. A linha de tempo da B. como exemplo (Anexo).

Através de uma apresentação preparada sobre trabalho, o grupo refletiu sobre o trabalho no mundo contemporânea e na suas vidas. Numa reflexão coletiva construímos 03 quadros a partir das linhas de tempo e conversamos sobre os achados.

OBSERVAÇÕES SOBRE AS LINHAS DE TEMPO

- Suriname faz parte de quase todas as histórias
- Todas foram em busca de melhorias de trabalho
- Muitas abandonaram seus estudos para cuidar de seus filhos
- Níveis de educação: 1 ano, 8 série, faculdade, 1 série, 3 etapa, 7 série

TIPOS DE TRABALHO EXERCIDO

- Prostituição (4)
- Doceira (1)
- Salão de beleza (2)
- Cozinheira (3)
- Babá (3)
- Doméstica (3)
- Vendas (4)
- Garçonete (4)
- Auxiliar de operação (1)
- Crochê (1)
- Manicure (2)
- Classificadora de capas (1)

NO QUE DESEJARIA DE TRABALHAR

- Técnica de radiologia (2)
- Atriz
- Assistente social
- Turismologia
- Passar concurso da FUNAI
- Operadora de caixa

O que é o trabalho e qual sua centralidade na vida das pessoas?

Sociologicamente, o trabalho sempre foi referenciado como categoria fundamental na vida social, modo pelo qual todas as sociedades se relacionam com a natureza e produzem suas formas de sobrevivência, produzem suas identidades, se produzem.

Diante desta importância parece adequado indagar: qual a centralidade na vida das mulheres migrantes? Como se configura hoje o mundo do trabalho e como este se configura no contexto específico dos bairros ou comunidades das mulheres em questão? Como as mulheres se inserem ou são inseridas nele? Quais dificuldades? Quais as percepções e significados sobre essa inserção? Quais suas expectativas? Que resultados conseguem no Brasil e no exterior?

Um levantamento inicial aponta o trabalho, ou questões a ele relacionadas como as maiores preocupações das mulheres: miséria, fome, desemprego, falta de oportunidades de trabalho, de qualificação, falta de renda, falta de moradia. São aspectos que denunciam a não inserção ou inserção precária no trabalho e suas consequências nas outras possibilidades de inserção social: não moradia, abandono nas periferias, falta de comida.

Uma olhada no percurso de trabalho das mulheres, através da “linha do tempo”¹, algumas observações são possíveis:

Sabe-se também que mudanças e dificuldades marcam hoje as formas de organização do trabalho, o que leva alguns estudiosos a questionarem sua validade como categoria explicativa da vida social. Dados evidenciam a diminuição da capacidade do mercado de absorver os trabalhadores, além da diminuição da capacidade subjetiva da categoria trabalho ser pensada como centro organizador das referências, da auto-estima. Parece cada vez mais difícil construir identidades a partir do trabalho, em especial para a população mais pobre, cujas relações se fazem muito mais pela ótica do desemprego, da instabilidade, da informalidade e precariedade nas relações com o trabalho.

Todas estas características marcam as trajetórias de trabalho e de vida destas mulheres. O acesso à educação talvez apareça como determinante para outras formas de inserção: máximo de 08 anos de escolaridade e o abandono da escola para cuidar dos filhos. Isso acaba determinando as possibilidades de postos que se disponibilizam para elas, postos informais, mal remunerados, relações precárias: apenas duas delas viveram uma única experiência de emprego com carteira assinada.

Outro dado importante é a distância entre as condições concretas de trabalho ou não trabalho e as expectativas, reveladoras também da vontade (e coragem) das mulheres em ir atrás de seus sonhos.

Para além dos óbices gerais, não se deve esquecer do papel que o gênero assume nesta inserção. Sabe-se que há dificuldades gerais, entretanto, as condições diferenciadas por gênero foram sendo embutidas no mercado de trabalho interferindo na própria organização do mesmo. Gênero, classe e etnia, atuam como dimensões que estruturam a totalidade das práticas sociais, sendo assim, categorias indispensáveis para refletirmos sobre a condição das mulheres no mundo do trabalho.

¹ As mulheres foram convidadas a traçar uma linha no papel e marcar nesta os fatos mais significativos de suas vidas por ordem cronológica e datados. A partir daí apresentavam e discutiam, agregando leituras e significados.

São elas que abandonam a escola para cuidar dos filhos. São elas que estão em maior quantidade no trabalho doméstico, que tem a menor valorização, a menor remuneração, além dos riscos e preconceitos a que estão submetidas.

O intenso processo de terceirização de serviços ou de etapas do processo produtivo, através da subcontratação e do assalariamento sem carteira, da informalização, da flexibilização das relações sociais no mundo do trabalho, adquiriu, através da mão-de-obra feminina, um importante papel estruturador da vida delas - isso aparece estampado nas linhas do tempo.

Elas e suas famílias

No IV encontro uma das mulheres trouxe uma amiga que tinha vivido seis anos no Suriname e que estava já algum tempo de volta no Brasil.

Todas as mulheres tinham pesquisado a história familiar, desde seus avôs até seus próprios filhos, o que foi transformado por cada uma numa árvore genealógica, com informações sobre local de nascimento, lugar onde reside atualmente ou faleceu. A apresentação das árvores mostraram famílias muito dinâmicas e diversas, com algumas tendências que podemos considerar histórico-estruturais. Seus avôs todos moravam no interior do Estado do Pará ou no interior de estados vizinhos.

Provavelmente eles ou seus pais (bisavôs das mulheres) fizeram parte dos migrantes que foram estimulados de migrar do nordeste e sul do Brasil para a Amazônia na época da borracha. Os pais das mulheres fizeram parte de um outro momento migratório na região, do campo (ou da floresta) para a cidade, devido da concentração de serviços públicos e oportunidades de trabalho nas cidades e da expulsão de famílias do interior devido conflitos de terra, falta de investimentos, isolamento etc. Mas a cidade não se mostra destino final. As mulheres, já a terceira geração nas suas árvores genealógicas, tomaram iniciativas de migrar para o exterior, muitas vezes através de contatos informais com pessoas poucas conhecidas. Migraram seus avôs e pais como famílias inteiras (ou primeiro o homem e depois o resto da sua família), elas migraram sozinhas, seis delas deixando filhos com suas mães ou outras pessoas para cuidar.

A mãe se mostra uma figura central nas suas vidas e, mesmo com as árvores cheias de pessoas e relações familiares, quando elas definem sua família, ela se restringe a sua mãe, seus próprios filhos e ao máximo uns irmãos e irmãs ou um primo que se preocupou com elas. A relação com a mãe é tanto idealizada quanto problematizada, como a pessoa que a criou, cuidou de seus filhos, lutou por sua volta, a acolheu, mas ao mesmo tempo a pessoa que esperava um retorno maior da sua migração, com quem conviver é difícil, que restringe e limita. É a pessoa de referência nas suas vidas, mas não diretamente como exemplo. Ter voltado do exterior parece até uma derrota frente a sua mãe, que agora ampliou seu domínio sobre sua vida, enquanto elas procuravam independência.

A figura dos pais nas histórias das mulheres é uma de pouco significada, no primeiro visto. Nenhuma das mulheres vive mais com seu pai, que pouco influenciou no momento de emigrar e nada fez para ela voltar. Os pais dos filhos das mulheres também é uma pessoa ausente no dia-dia da sobrevivência e educação dos filhos, mas estão presente nas narrativas e nas esperanças de algumas de chamá-los para dividir a responsabilidade. Muitas delas contam, com gene e orgulho, de avôs, pais e parceiros que tiveram filhos com várias mulheres, tendo até mais de 20 filhos.

As mães que fica com a responsabilidade de criar os filhos que ela teve, os pais são quase isentados de responsabilidade.

Decidimos que no V encontro aprofundamos mais esta relação com a mãe e o significado da família para poder passar desta rede familiar para a vivência que tiveram quando migraram, deixaram este grupo de socialização primária para viver e encarar uma realidade onde sua identidade não era mais socialmente constituída pela família, mas pelo fato de ser brasileira migrante.

6. A situação atual do grupo: percepções sobre o processo de empoderamento

Os grupos de reflexão estão se constituindo em oportunidade para as mulheres pensarem sobre suas vidas, pensarem, e decidirem suas próprias estratégias de ação.

Conhecimento e imersão, possibilidades de troca-interação entre as/os participantes, apreensão de significados, confronto de pontos de vista, de forma a compreender as formas como concebem as situações vivenciadas, dificuldades, os sentidos e significados construídos dentro do contexto.

Nessa imersão inicial se constrói o problema mais específico de pesquisa, e os resultados que queremos alcançar, se constrói enfim, o "grupo".

Estamos num momento inicial desta construção que começa a revelar as possibilidades nesta direção.

Situações concretas de vida: a falta de dinheiro, não acesso a educação, ao trabalho; as dificuldades de moradia e transporte; ao tratamento de saúde, a situação de dependência delas começam a não apenas fazer parte das discussões mas a ser sinalizadas como problemas, como conseqüências de processos macrosociais e principalmente como passíveis de ser solucionados a partir da ação coletiva.

É na reflexão sobre suas vidas que elas podem identificar problemas e dificuldades assim como possíveis causas e soluções, em outras palavras, quais as possibilidades de construção novos sentidos para suas vidas. O que e como gostariam de mudar e o que podem e querem fazer juntas.

Pode-se dizer que no atual momento do grupo duas ações de empoderamento se acham em curso:

Ações e projetos individuais - com a identificação ou opções por trajetórias de inserção que começam a ser vislumbradas e definidas pelas mulheres: identificar necessidades individuais - como estou, o que preciso, o que posso fazer? Que desenham perspectivas de inserção individual diversas - vocações expectativas e formas de realização destas - profissionalização para algumas; inserção na trajetória escolar formal; fortalecimento do vínculo com a escola elevação dos estudos, garantia de melhores condições de aproveitamento - reforço de leitura; alfabetização; fortalecimento de pequenos negócios. Demandas de saúde e inserção dos filhos, necessidades de reorganização na dinâmica familiar. Todos estes são aspectos que começam a ser trabalhados por elas coletivamente.

Ações de empoderamento coletivo - o grupo claramente se fortalece na medida em que começa a identificar possibilidades de ação concreta. Há a identificação de questões comuns que mereçam exijam estratégias coletivas - discussões temáticas para compreender melhor a situação de vida.

É preciso reconhecer este como um processo apenas iniciado na identificação dos principais problemas das mulheres brasileiras e a criação de um espaço pessoal e político para que pudessem refletir sobre as suas vidas, as causas e as soluções para seus problemas. A articulação coletiva entre as participantes consistiu-se em início do processo de empoderamento. Há uma sinalização deste início com a tomada de consciência da possibilidade de ação nas comunidades (propostas de palestras, de alguma ação de orientação e informação - começa a demonstrar isso. Mas o processo ainda é lento. Como reconhecer as necessidades? Onde e como buscar o apoio necessário? De que forma estas soluções passam pela organização destas mulheres?

Este processo tem mostrado uma nova forma de fazer pesquisa, que além de construir conhecimento, contribui na construção da consciência e encorajamento das mulheres. Pode-se dizer que seu poder e voz estão diminuídos porque suas condições de vida são precárias, a sobrevivência grita muito alto deixando pouco espaço para alçar vôos maiores. Contribui para isso também a cultura patriarcal dominante, que deixa estas mulheres sobrecarregadas com as responsabilidades de famílias e filhos que assumem sozinhas.

Há diferenças entre as mulheres, algumas mais autônomas, porque mais independentes, outras menos, mas o grupo pode ser este espaço de apoiar as pessoas com menos poder para refletir sobre suas vidas, sobre o contexto e as estruturas em que estão inseridas e incentivá-las a melhorar as suas vidas através de ações transformativas subjetivas e objetivas.

E preciso reconhecer ainda que este processo exige de nós "pesquisadores" a reflexão do nosso papel, talvez abdicar cada vez mais da nossa autoridade, assumindo-se cada vez mais como mais um /a participante do grupo. Talvez abrir mais espaço para as expectativas de cada uma das mulheres, reconhecer e valorizar as diferenças de cada uma, também para nós é um desafio.

Este processo de aproximação muito forte com as mulheres e suas vidas tem também fortalecido para a organização Sodireitos a crença de que qualquer política de atendimento às mulheres migrantes nestas situações específicas de vulnerabilidade não pode prescindir de ações que passem pela construção de novas capacidades de inserção social, no sentido bem amplo desta palavra, que pode significar construir possibilidades amplas de participação nos processos de escolarização, na qualificação e acesso ao trabalho, na reconstrução das dinâmicas familiares, no direito à cidade e de nela se movimentar com autonomia e liberdade e principalmente, na construção e fortalecimento de suas capacidades subjetivas de tomar os rumos de suas vidas nas mãos.

7. Referências Bibliográficas.

PELEGRINO, A. Migration from Latin America to Europe: Trends and Policy Challenges. IOM Migration research series. No. 16, 2004, 76p

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano 2009: Ultrapassar barreiras: Mobilidade e desenvolvimento humanos.

HAZEU, M., SILVA, L. (coord.). Tráfico de mulheres do Brasil e da República Dominicana para o Suriname. Belém: Sodireitos/GAATW, 2008.

8. ANEXO





